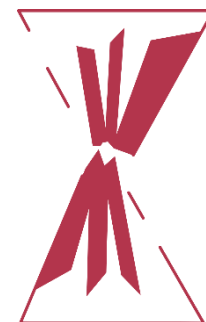


Narrativas de resistência: Mulheres e homossexuais na Ditadura Militar Brasileira

Narratives of resistance: Women and homosexuals in the Brazilian Military Dictatorship



CAMPAGNOL, Izabella Cardoso da Silva *

 <https://orcid.org/0000-0002-8494-5268>

CHIRILĂ, Andrei **

 <https://orcid.org/0000-0003-0982-2740>

RESUMO: No presente artigo, pretendemos analisar dois tipos de discursos promovidos por militantes, e por biógrafos destes, a respeito de suas atuações durante a Ditadura no Brasil, isto é, uma biografia e uma entrevista com militantes contra o regime militar. Tomados como relatos (auto)biográficos, tais produções informam sobre o passado recente em nosso país, apresentando críticas, repensando suas trajetórias e permitindo pensar sobre as estratégias de enfrentamento incorporadas por eles. Para a análise, contamos com Paul Eakin (2016), Michel Pollak (1989), Sabina Loriga (2011) e Philippe Lejeune (2008), visando compreender como o entrelaçamento das experiências pessoais e das demandas do tempo presente norteiam a sua significação.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; militância política; Narrativas; Memória.

ABSTRACT: This paper analyzes two types of discourses produced by activists and their biographers regarding their activities during the Dictatorship in Brazil, in other words, a biography and an interview with an anti-dictatorship activist. These productions, understood as autobiographical, provide insights into our country's recent past, present critiques, rethink their trajectories, and offer a new understanding of the resistance strategies they employed. For this analysis, we use as theoretical frameworks Paul Eakin (2016), Michel Pollak (1989), Sabina Loriga (2011), and Philippe Lejeune (2008), to understand how the intersection of personal experiences and the present-day demands influences the meaning of these narratives.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Political activism; Narratives; Memory.

* Mestra em História pela UNIFESP Guarulhos. Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo – Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). E-mail: iza.cardosog@gmail.com

** Mestre em História pela UNIFESP Guarulhos. Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo – Professor de História da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. E-mail: andreichirila1996@hotmail.com.



Considerações Iniciais

A conjuntura de redemocratização no Brasil, a partir dos anos 1980, se caracterizou por um processo de emergência de memórias anteriormente subterrâneas em decorrência da repressão (Pollack, 1989), e que agora vêm a público, especialmente, com o intuito de legitimar as experiências das vítimas da repressão.

Simultaneamente, no campo da historiografia, destacamos a confluência de dois processos. O primeiro, caracterizado pela emergência de uma leitura dos eventos históricos a partir de uma escala microanalítica, busca pensar como o cotidiano é atravessado pelos rastros dos acontecimentos em grande escala (Ginzburg, 1989). E o segundo, formado pela valorização das leituras sobre o passado que se efetua a partir do ponto de vista dos grupos marginalizados, se originou na historiografia francesa da década de 1930 e foi retrabalhado por Edward Thompson na segunda metade do século XX como a “história vista pelos de baixo” (Thompson, 1998).

No processo de valorização da perspectiva das minorias sociais, as memórias e as trajetórias se constituem em *locus* privilegiado para os historiadores por permitirem compreender a atuação desses em eventos históricos e como estes impactaram seus cotidianos, para além do nível dos documentos institucionais/oficiais, relacionados aos espaços no qual mulheres e homossexuais estavam silenciados ou no máximo sub-representados.

Ressaltamos, a partir de então, o processo de ampliação das memórias relacionadas à resistência para incluir novos setores¹, acompanhando transformações sociais. Como afirmam Joana Pedro e Cristina Scheibe Wolff (2011), no caso do Brasil, a categoria de resistência estava centrada na luta armada e se estruturou a partir do ponto de vista masculino, refletindo a continuidade de um olhar marcado por uma abordagem patriarcal, intelectualizada e branca.

Se as mulheres ganharam destaque nas narrativas sobre a luta contra a Ditadura e/ou vivências neste recorte espaço-temporal apenas posteriormente, no caso da população

¹ O sentido de novidade é aqui entendido não na concepção de existência cotidiana das minorias sociais, mas sim no âmbito de representação nas produções historiográficas que têm como enfoque o período da Ditadura Militar (1964-1985).

homossexual do período, sua inclusão se deu apenas próximo ao fim do século XX em diante. Neste contexto, salientamos obras como *Devassos no Paraíso*, de João Silvério Trevisan (1986) e *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, de James Green (1999).

Além dessas obras, a presença de narrativas femininas sobre a Ditadura ganha destaque através dos relatos recuperados pelas próprias militantes. Conforme afirma Luzia Margareth Rago (2013), a produção autobiográfica também pode ser apreendida mediante depoimentos orais e entrevistas. Neste artigo, o que também usaremos como fonte a entrevista de Crimeia Alice Schmidt de Almeida sobre sua trajetória enquanto militante política durante o regime militar no Brasil.

Metodologia

Neste artigo, pretendemos analisar discursos diversos sob a Ditadura militar no Brasil. Utilizaremos uma entrevista de uma militante política e uma biografia de um militante, ambos combatentes contra o regime militar. Como são dois discursos distintos, requerem métodos de análise específicos, como veremos a seguir, e que se complementam. Esses discursos fornecem visões ricas a respeito do período autoritário e acabam por ressaltar experiências de grupos que ainda têm pouco destaque na historiografia sobre o tema, isto é, mulheres e homossexuais, que narram seus embates dentro e fora de suas organizações políticas.

Acreditamos que os enfrentamentos que empreenderam possam elucidar aspectos importantes sobre a militância de esquerda no período, do mesmo modo que servem para mostrar o protagonismo que tais personagens tiveram, cada um de acordo com suas próprias vivências atravessadas por categorias de gênero, classe social, sexualidade, entre outros.

Para o apoio das entrevistas aqui analisadas, usaremos o método da História Oral e as referências que constam no livro *Manual de História Oral*, de Verena Alberti. Para Alberti, é importante a boa condução da entrevista no momento em que é realizada, sendo que a produção do documento já demanda um trabalho de crítica interna e externa do seu conteúdo. A entrevista permite que se recupere aquilo que não é possível encontrar em outros documentos, como experiências pessoais e percepções particulares.

Segundo a autora, um dos objetivos da História Oral é recuperar o vivido do ponto de vista de quem o viveu. O caráter oral do depoimento permite inúmeras interpretações, considerando principalmente as hesitações, as ênfases e as correções, o que permite uma análise discursiva posterior às entrevistas. Mesmo que se realizem inúmeras entrevistas, que contenham uma visão particular, é possível chegar a um “conhecimento acurado” sobre nosso objeto de estudo (Alberti, 2004). Neste caso, é impossível prescindir de outros documentos, servindo estes de apoio à pesquisa.

Nesta pesquisa, a seleção das entrevistadas se justifica porque escolhemos uma das mulheres sobreviventes da Guerrilha do Araguaia. Nesse sentido, faz parte de nossos objetivos, entender a participação feminina no evento. A escolha do tipo de entrevista a ser realizada versará sobre as entrevistas temáticas. Nessa abordagem, o foco é voltado sobretudo para a participação do depoente no evento histórico a ser analisado. Dessa forma, o tema é retirado da trajetória de vida do entrevistado e torna-se o foco da entrevista.

A entrevista é parte constitutiva de acervo pessoal, não tendo ainda sido publicada. E foi realizada no contexto de uma pesquisa maior de doutoramento na área de História, que pretende compreender a importância da participação feminina na Guerrilha do Araguaia e, atualmente, realizada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

Os conceitos elencados, como o de gênero e sexualidade, serão utilizados para as análises pertinentes em nossa pesquisa, já que temos como objetivo perceber como essas construções sociais foram percebidas dentro dos próprios grupos militantes e como essas diferenças entre os gêneros impactaram na prática das guerrilheiras e no seu cotidiano na guerrilha.

Assim, esta pesquisa inscreve-se no rol dos trabalhos sobre gênero, utilizando-se a definição de gênero balizada por Joan Scott em seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (Scott, 1995). Segundo a autora, o gênero é constitutivo das relações sociais e baseado nas diferenças entre os sexos e a forma de significar as relações de poder, implicando símbolos que evocam representações diversas.

Para o historiador, a questão principal parece ser entender como tais representações são feitas e em quais contextos. Assim, pode ser utilizado como um conceito que possibilita entender as relações entre “diversas formas de interações humanas”. Neste ínterim, é fundamental a constatação de que o gênero está contido na política e por ela é construído e

a constrói (Scott, 1995). Segundo Scott, são indagações fundamentais no trabalho com o conceito considerar por que e quando as mulheres foram inviabilizadas como sujeitos históricos, mesmo que elas tenham participado dos acontecimentos históricos (Scott, 1995).

E como aporte teórico para trabalhar com essa temática, compreendendo-a como categoria de análise, nos embasaremos nos conceitos de Joan Scott (1995), destacando a sua compreensão como construções sociais dotadas de historicidade, que influenciam na forma como os sujeitos compreendem os papéis que lhe são atribuídos nas vivências cotidianas e influenciam suas atuações no campo da militância armada.

Do mesmo modo, como abordagem metodológica, usaremos o método da história oral para a análise da entrevista realizada. Os procedimentos apontados por Verena Alberti (2004) foram utilizados para a realização da entrevista aqui analisada. Os conceitos de micro-história, trajetória e experiências/vivências foram utilizados para compreender as trajetórias dos guerrilheiros considerados neste artigo.

Aqui, os termos de experiência e estudo do indivíduo através de uma espécie de micro-história merecem algumas definições. Em primeiro lugar, sabe-se que a micro-história desenvolveu-se no contexto da Nova História Cultural, a partir dos anos 1970, através de obras clássicas como *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg.

A abordagem da micro-história defende a análise de vida de homens comuns, “pessoas quaisquer”, que em um primeiro momento poderiam ser até mesmo consideradas irrelevantes. Quando tratamos deste tema, apesar das críticas feitas a esse tipo de abordagem, utilizamos para a análise de nossas fontes, a discussão desenvolvida por Sabina Loriga, em *O pequeno X*.

Nela, a historiadora destaca que uma solução para o historiador ao trabalhar com trajetória de indivíduos é compreender que há uma tensão entre o campo individual, da trajetória individual do sujeito e o contexto histórico-social mais geral. Tais categorias serão utilizadas para compreender nosso objeto de análise neste artigo.

Para a historiadora Sabina Loriga (2011), para a qual a trajetória de um indivíduo pode ser narrada de modo a compreender o próprio contexto histórico no qual ele é inserido, mesmo que a história individual não tenha relação causal imediata a ser explicada pelo contexto social. Nesse sentido, a análise do indivíduo permite compreender aspectos importantes da época em que ele viveu. Também o livro *O que pode a biografia*, de Sá

Avelar será útil para desenvolver nossas análises, entrelaçando as categorias de trajetória, micro-história e experiência.

No campo da autobiografia, utilizaremos como aporte a obra *Vivendo autobiograficamente – A construção de nossa identidade narrativa*, de John Paul Eakin para compreender como a autonarração serve como ferramenta para a construção da própria identidade e para manter a consciência sobre si, especialmente no que se refere a eventos traumáticos, como no caso das vivências de Crimeia Alice Schmidt de Almeida. Dessa forma, ao trabalhar com a autobiografia por meio da narrativa, compreende-se como o sujeito que narra significa a sua posição enquanto participante ativo dos eventos do passado e que ressignifica os acontecimentos que vivenciou em função das demandas do tempo presente.

Uma vida, muitas trajetórias e estratégias de luta: o relato de Crimeia Alice Schmidt de Almeida e sua militância contra a Ditadura

Segundo Paul Eakin (2016), o ato de narrar convoca a identidade narrativa à existência, já que existe uma relação entre o que somos e o que dizemos que somos (Eakin, 2016, p. 18). Nesse sentido, a entrevista aqui utilizada para contar a trajetória de uma militante brasileira entende seu relato como autobiográfico, já que a memória apreendida através da entrevista também pode ser compreendida como um excerto autobiográfico e um tipo de narrativa de si.

Crimeia Alice Schmidt de Almeida é uma militante política, guerrilheira, participante da Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Filha de pai comunista, desde pequena participou de comícios e eventos políticos. Conforme seu depoimento, na década de 1960, quando iniciou sua militância, foi muito influenciada pelo pai, árduo leitor de jornais comunistas, especialmente do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB) e do *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB).

Segundo seu relato, sua militância política iniciou-se ainda no Ginásio, em Belo Horizonte. No período, os americanos queriam implantar o programa *Aliança para o Progresso*. Em que consistia tal projeto? Sua escola se transformaria em escola-piloto de educação técnica, em que seriam extintos os currículos de Ciências Humanas e Ciências. Ela então liderou um movimento político contra a ocupação do prédio de sua escola pelo projeto americano, por volta de seus 12 anos. Com 15 anos, resolvera entrar para as fileiras

do PCB, porém, após uma briga dentro do partido, resolveu abandoná-lo e entrar para o PCdoB.

Desde muito cedo, Crimeia de Almeida escolheu lutar pelas causas que acreditava serem justas. Havia certamente a influência do pai, um ferroviário comunista, mas também não podemos deixar de destacar seu senso de justiça, até hoje bastante arraigado. Após o golpe militar, em abril de 1964, seu pai foi preso e ficou desaparecido até julho do mesmo ano, quando a família descobriu que havia sido construído um presídio especial para presos políticos em Minas Gerais, e onde o pai estaria detido.

Com isso, pais e filhas foram acusados de envolvimento contra o governo militar: até mesmo as crianças, ainda menores de idade, alunas secundaristas. Obrigados a saírem de Minas Gerais, todos se mudaram de residência. Crimeia de Almeida mudou-se para o Rio de Janeiro e ficou distante do núcleo familiar, encontrando na nova cidade inúmeras dificuldades.

A primeira para arrumar emprego, pois, segundo os conta, “eu não arranjava emprego, porque não tinha nenhuma qualificação, assim para caixa de loja, essas coisas. Eles me diziam que eu tinha escolaridade demais, e para outras coisas, tinha de menos” (Entrevista à autora. Jun 2023). Como militante, e com a ideia de a guerrilha já estar sendo aventada pelo PCdoB, o partido indica que ela faça o curso de Enfermagem. Crimeia dizia ao partido que queria ir para o campo e lutar na guerrilha que estava sendo preparada pelo PCdoB. Então, ela decidiu-se:

Eu procurei o hospital que me indicaram, era um hospital-escola e a enfermeira que me atendeu disse: ‘Ah não, você tem muita escolaridade! E eu falei assim “Não aguento mais: é pouca, é muita!” Ela disse: ‘Você vai fazer vestibular’. E eu: ‘Não, eu só quero aprender a dar injeção porque minha mãe “tá” muito doente. Aí acabei me matriculando, passei no vestibular e pensei assim: ‘faço um ano de Enfermagem e aprendo, né?’ (Crimeia de Almeida, entrevista, 26 jun. 2023).

Após ser aprovada no vestibular da *Faculdade Anna Nery*, da *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ), com boas notas, conseguiu uma bolsa de estudos da Fundação Nacional de Saúde. A situação estava então resolvida: tinha comida, casa e um pouco de dinheiro. Ela enfrentaria, porém, resistências dentro do próprio partido para que fosse enviada para o campo. Crimeia já sabia inúmeras noções básicas da área, e infelizmente, o partido não a enviava. Angustiada, sua explicação pelo adiamento de ir para o campo é o

seguinte: “a esquerda é muito preconceituosa e como vai mandar uma mocinha para o campo, né? Mas isso eles não falavam comigo, isso eu percebi depois”.

Segundo Marcelo Ridenti, a média aritmética de mulheres na luta armada no Brasil não ultrapassou 18,30% (Ridenti, 1993, p. 204-205). No caso da Guerrilha do Araguaia, do total dos 69 guerrilheiros recrutados, 18 eram mulheres, representando 26% dos militantes empenhados na tarefa, o que demonstra que de fato havia pouca participação feminina na luta armada no geral e no caso Araguaia. Porém, sua militância não foi interrompida pelas dificuldades enfrentadas em razão de seu gênero: Crimeia continuou participando do movimento estudantil e foi para o Congresso em Ibiúna, presa em outubro de 1968.

A partir da instituição do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, ela decide enfrentar o partido e destaca seu enfrentamento para ser aceita na guerrilha:

Olha, vou-me embora se vocês não me mandarem para o campo! Vou mudar de cidade ou vou sair daqui: não vou ficar aqui. Aí eles me mandaram para o campo no início de janeiro. No caminho, o dirigente, que era o João Amazonas, me disse ‘não têm mulheres lá, vai depender do seu desempenho se a gente manda mulheres ou não’. Aí eu fiquei muito brava! Eu falei: você falou isso para os homens? Agora com as mulheres, você fala, né? Aí ele disse assim: ‘Ah, não: é porque é problemático e não sei o quê. Você sabe que no campo exige-se muito esforço’. E eu falei assim: ‘e você acha que lavar, passar, cozinhar, cuidar de filho não é esforço? É moleza? Isso vocês não fazem!’ (Crimeia de Almeida, entrevista, 26 jun. 2023).

Crimeia conta-nos das dificuldades enfrentadas pelas mulheres militantes ao se inserirem nas fileiras do partido e ao militarem. Quer dizer, todo o atraso de sua ida ao Pará devia-se ao fato de ser mulher. Podemos destacar que ela seria a primeira mulher a chegar à região, no entanto, é compreensível sua insatisfação ao perceber que seu gênero, visto pelos olhos masculinos, a inferiorizou e não reconhecia nela a potência militante, em pé de igualdade com os homens.

Se pelos olhos da repressão, as mulheres eram vistas como amantes e cabides dos homens, pelos olhos dos dirigentes das organizações, havia um receio quanto à integração da delas na luta, e podemos até afirmar existir um questionamento a respeito de suas capacidades enquanto militantes políticas, como demonstra a narrativa construída pela ativista citada logo acima.

Crimeia também compartilha suas impressões a respeito da mudança para o Pará, local onde se alocou a guerrilha do Araguaia, às margens do rio. Para ela:

Lá era tudo diferente. Imagine sair da cidade – Rio e Belo Horizonte – ir para a selva amazônica? A diferença era grande. E eu disse assim: “se esse povo vive e eu, que tenho um pouco mais de noção, de conhecimento teórico, vou sobreviver do jeito que eles vivem”. E ia aprendendo com eles...Foi o partido com todos os seus preconceitos, que inicialmente não queria que eu usasse calça comprida; e lá, tem pernilongo, mosquito...e eu disse assim: “sinto muito, mas vou usar calça comprida, porque de vestido eles mordem a bunda da gente.” Doença não dá para evitar, mas a calça comprida vou usar (Crimeia de Almeida, entrevista, 26 jun. 2023).

Outro enfrentamento feito com o partido foi sobre o uso de armas pelas mulheres, pois enfrentaram resistências quanto ao uso pelas mulheres. Ela relata:

Também é cômico esse negócio de andar armado, aí disseram: ‘não, você não pode andar armada, porque mulher não anda armada aqui, só homens. E eu pensei: “engraçado, né? E vou ter que enfrentar os homens com eles armados e eu não?!’ Essa foi a polêmica também com o partido. E me lembro que um camponês uma vez me disse “a senhora é muito diferente! Até parece homem!”. E eu falei assim: “Pareço mesmo, sabe por quê? Eu sou medrosa como você e não consigo entrar na mata sem arma nenhuma, mas sou medrosa igual a você” (Crimeia de Almeida, entrevista, 26 jun. 2023).

Tem destaque na fala de Crimeia de Almeida, a percepção de um camponês sobre ela: ele a associa a um homem, porque apenas aos homens era dado o direito de portar armas naquele local, então exigir o porte de armas para se proteger desses mesmos homens a coloca nos limites de seu próprio gênero. Além de enfrentar as características atribuídas ao que deveria ser “masculino”, ou tarefa para homens, Crimeia foi uma exímia parteira na região, realizando partos e trabalhando como enfermeira. Seus conhecimentos acumulados durante o período em que cursou a faculdade de Enfermagem ajudaram a população local. Fama que a transformou, segundo suas palavras, em uma *bula*² excepcional.

Dos combates no Araguaia, a guerrilheira conseguiu romper o cerco que a separava de São Paulo, quando os militares chegaram à região em abril de 1972, com o início da guerrilha. Em agosto do mesmo ano, após o primeiro combate vitorioso por parte dos guerrilheiros, Crimeia engravidou. O partido acreditava que seria impossível manter uma guerrilheira grávida na região, então a recomendação foi que ela pudesse voltar a São Paulo e assim foi feito.

² *Bulas* eram chamadas pessoas que tinham conhecimento médico na região da Guerrilha, que corresponde ao sul do Pará, Maranhão e norte de Goiás. Os camponeses tratavam por “bula”, as parteiras, enfermeiras e outras profissionais da saúde que prestavam auxílio na região. Ver o livro MORAIS, Tais e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. 1ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

Com a ajuda dos camponeses que lhe emprestaram roupas, além do uso de bronzeador para que pudesse disfarçar a cor amarelada da pele em razão da vivência na floresta, ela parte da região, rompendo o cerco militar por meio de várias cidades vizinhas, travestindo-se de freira, de moradora local e camponesa dos lugares pelos quais passava.

A volta para São Paulo, ocorrida em meio à guerrilha, em virtude de uma gravidez inesperada, foi dolorosa: logo que chegou, a militante foi presa juntamente com a irmã e o cunhado. Marca esta fase também a prisão seguida de morte do dirigente Carlos Danielli, também capturado na mesma época. Tem destaque o fato de as duas crianças, suas sobrinhas, terem sido também levadas pela polícia. Na época, Janaina e Edson tinham 5 e 4 anos.

Outro aspecto importante em sua trajetória foi a difícil experiência da prisão estando grávida. O filho foi utilizado como instrumento para torturar psicologicamente a militante: segundo nos conta, os militares ameaçavam entregar a criança ao Juizado de Menores para forçar confissões. Crimeia de Almeida rememora:

Eu pensava assim, não posso falar porque a vida do meu filho está em risco. Eu não posso, não posso falar. Se falar, eles me matam e ele morre. Aí, quando ele nasceu, disseram: “então agora você pode falar. Eu disse: “também não posso falar”. Só sei que ficou nessa história de eu dar uma de mãe extremada, defendendo meu filho porque me fingia de ignorante, fui para lá por amor, não sabia andar na mata, não conhecia as coisas. Que é o que eles pensam das mulheres, porque se a esquerda é machista, o Exército é mil vezes mais, então eles pensavam que a gente não pensa, não toma decisões, e eu mantinha isso. (Crimeia de Almeida, entrevista, 26 jun. 2023).

A narrativa construída por Crimeia de Almeida permite inúmeras reflexões sobre experiências dolorosas ao longo da história. Contar tais acontecimentos é uma forma de manter a própria identidade, pois à medida que nos afastamos do passado, narra-se, para que a memória sobre eventos considerados marcantes não se perca (Eakin, 2016). Recuperar o passado através da memória é lutar contra o apagamento do tempo, contra o presentismo de que fala Hartog, isto é, a ideia de que apenas o presente existe. Assim, relatar o passado cumpre a função de unir os pontos importantes de sua história de vida e recupera sua identidade perdida ou apagada pelos poderes. Desse modo, mesmo ao incorporar narrativas traumáticas, o discurso produzido contribui para integrar a identidade do indivíduo que narra.

Ao tratar, especificamente, da temática da tortura de mulheres grávidas durante a Ditadura no Brasil, o relato de Crimeia de Almeida destaca como o filho foi usado como instrumento de tortura pelos militares. Após o nascimento da criança, ela foi entregue a uma tia, assim como meses depois, Crimeia foi levada para a casa da mesma tia com recomendações militares de que ela não pudesse nem mesmo telefonar para outras pessoas. Podemos nos perguntar a respeito do papel da maternidade nos discursos militares sobre as mulheres. Nesse caso, elas enfrentavam uma tripla violência: o fato de serem mulheres e militantes políticas, enfrentando os preconceitos da sociedade que coloca a mulher relegada ao ambiente doméstico, o fato de ocuparem o espaço público, fazendo política e o fato de serem mães.

Ainda no campo da maternidade, os sobrinhos de Crimeia de Almeida estavam sob custódia de um tio distante, um delegado. Segundo nos conta, as crianças eram tratadas como se fossem empregadas da família. Como a militante teve sua soltura antes da mãe das crianças, Amelinha Teles, tomou para si a tarefa de recuperar os sobrinhos. Assim, ela empreende uma outra luta para tomar a custódia das crianças, enfrentando inúmeras dificuldades, pois o juiz havia dito que ela era “terrorista e mãe solteira”. (entrevista. jun 2023). No entanto, Crimeia contrata um advogado e consegue a custódia dos pequenos. Ao voltar para a casa dos pais, ainda clandestinos, no Rio de Janeiro, descobre que o general Bandeira a soltou porque a Anistia Internacional estava fazendo pressão para que mulheres grávidas que se encontravam presas pudessem ser soltas.

A narrativa construída pela militante mostra-nos os inúmeros desafios enfrentados ao longo de sua trajetória de vida e, especialmente, nos confrontos com os poderes militares, desde sua militância na adolescência, a ida ao Araguaia e a luta para recuperar os sobrinhos sequestrados durante o regime militar. Apesar das dificuldades enfrentadas pela militante, é possível perceber diversas estratégias de sobrevivência adotadas por ela. Tais elementos demonstram a importância dos enfrentamentos políticos tanto na vida subjetiva, nas relações interpessoais e nas resistências de grupos da luta armada. Neste ínterim, tem especial atenção o caso das mulheres militantes contra a Ditadura militar, que enfrentaram duplo preconceito: dentro de suas organizações, para se afirmarem enquanto militantes, e na sociedade, impregnada pela lógica conservadora e militar.

Silêncios e desvelamentos: As intenções na recuperação da experiência homossexual

Assim como na participação feminina, destacamos a prevalência de um longo silenciamento sobre a participação homossexual na resistência à Ditadura Civil-Militar, que, como já dito anteriormente, centrou seu enfoque na atuação masculina e heterossexual. Embora não possamos esquecer que, mesmo quando a população homossexual é lembrada, a maior parte das experiências recordadas ainda se centra, na sua maioria, na população masculina.

Entretanto, em um processo de expansão do que se considera como sujeitos históricos e atrelados a uma conjuntura do crescimento dos movimentos feministas e homossexuais no Brasil, a partir da década de 1970 (Pinto; Silva, 2019; Facchini, 2003), ressaltamos a inserção de grupos antes marginalizados nas narrativas historiográficas, a começar da história vista pelos de baixo, como destacado por Thompson (1998).

Para refletirmos especificamente sobre a atuação homossexual, partimos do pressuposto de um elo comum com as narrativas de ex-guerrilheiras no que tange ao uso das vivências e lembranças, e como esses elementos constroem um senso de identidade grupal a partir das experiências comuns (Lejeune, 2008). Assim, a memória e as experiências/vivências permitem posicionar tais grupos como sujeitos participantes, seja a partir daquilo que os próprios sujeitos trazem, seja a partir do ponto de vista de terceiros, como no caso da obra *Revolucionário e gay: A vida extraordinária de Herbert Daniel, pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*, de James Green (2014).

Destacamos aqui o caráter simbólico do lançamento da obra no período que marcou os cinquenta anos desde o golpe civil-militar, buscando expandir e atualizar a categoria de resistentes, lutadores pela democracia e pelos direitos das minorias sociais, buscando mostrar para a população LGBTQIAPN³, no presente, as raízes de suas lutas. E a partir de uma trajetória individual, James Green objetiva conferir um rosto e uma identidade à atuação homossexual no período da Ditadura a partir do mosaico de percepções daqueles com quem conviveu, antes, durante e depois da luta armada.

Há, portanto, uma intencionalidade no personagem escolhido e quando sua trajetória é apresentada a outros públicos, além daqueles aos quais tanto o autor quanto o biografado se inserem. Porém, partindo daquilo que Lejeune (2008) compreende como uma construção de identidades, a partir de vivências comuns, salientamos que é a partir dos

³ Lésbicas, gays, transsexuais, *queer*, panssexuais, não-binários/as e mais.

setores nos quais os dois se inserem (homossexuais, brancos, ligados a uma militância dentro de grupos de esquerda, etc. e que viveram em um momento de mudanças de sensibilidades), que a obra visa se posicionar como marco de referência sobre o passado e para a posteridade.

Herbert Daniel (1946-1992) foi integrante da luta armada e, posteriormente, teve uma carreira de escritor, candidato a vereador e militante pelos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS, tendo integrado também o *Partido dos Trabalhadores* e o *Partido Verde*.

Um dos milhares de brasileiros envolvidos na resistência armada à ditadura militar (1964-1985), Herbert foi condenado *in absentia* por violação à Lei de Segurança Nacional e sentenciado a múltiplas prisões perpétuas. Não chegou a ser preso; saiu do país em setembro de 1974, quando se exilou na Europa. [...] Daniel ainda tardou no exterior, tanto pela impossibilidade de obter um passaporte quanto por temer o encarceramento caso – e se – pisasse em território brasileiro (Green, 2018, p. 17-18, grifo próprio).

Embora tenha produzido obras de cunho autobiográfico, como os livros *Passagem para o próximo sonho* (1982), *Meu corpo daria um romance* (1984), dentre outros, o foco do artigo não se centra em trabalhar com a representação que Herbert Daniel fazia de si próprio através da literatura, mas sim na forma como terceiros constroem uma narrativa sobre a sua figura a contar das vivências que pessoas próximas tiveram com ele em vida.

Nesse caso, a obra tem como seu cerne não apenas narrar a vida de Herbert Daniel a partir dos familiares e integrantes com ele e de registros materiais de sua existência,⁴ mas materializar em um presente caracterizado pela expansão da visibilidade e direitos da população LGBTQIAPN+ a existência de sujeitos concretos na resistência armada à ditadura, campo no qual ainda há escassez de narrativas focadas nessa comunidade.

Assim como no caso das mulheres, a militância na esquerda armada também era repleta de desafios para os homossexuais.⁵ Nesse sentido, destaca-se a presença de uma

⁴ Entre os registros constam materiais como fotografias pessoais, fichas policiais, cartazes produzidos para eventos estudantis na do curso de medicina da *Universidade Federal de Minas Gerais* (UFMG) e entrevistas para jornais. Cf. Green, 2018, na sequência de folhas não numeradas entre as páginas 200 e 201.

⁵ Cabe ressaltar que no período da década de 1970, ainda não se fazia uma distinção entre identidade de gênero e orientação sexual, de forma que o termo homossexual era utilizado para se referir a quaisquer vivências de sexualidade e gênero que não se enquadrassem nos padrões hoje chamados de cis-heteronormativos. Cf. PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento; ALVES, Jorge Luiz da Silva. Historiografia e masculinidades gays no Brasil: contribuições teóricas. *Albuquerque*, Aquidauana, vol. 11, n. 21, jan-jun. 2019, p.162-183. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/8943/7145>>. Acessado em 10 mar. 2025.

postura que para as mulheres resultava em constantemente comprovar sua competência enquanto militantes por meio da superação do que era compreendido como limitação intrínsecas ao seu gênero, como destaca Elizabeth F. Xavier Ferreira em sua obra *Mulheres, Militância e Memória* (1996).

Para os homossexuais, especificamente, integrar a luta armada significava optar em manter a sexualidade em segredo para integrar as fileiras das guerrilhas ou vivenciar a sua identidade, visto que na lógica organizativa guerrilheira, vivências pessoais e desejos deveriam se submeter às demandas político-partidárias (Ferreira, 1996).

Dessa forma, essa lógica organizativa, que se pautava em uma hipermasculinidade revolucionária (Green, 2014), resultou em uma sujeição das feminilidades e homossexualidades que afetou a atuação desses dois grupos no período, e teve impactos posteriormente, principalmente, na maneira como mulheres e homossexuais foram sub-representados nas narrativas sobre a resistência armada no período dos *Anos de Chumbo* (1968-1975).

Cabe destacar como a obra de James Green, ainda que escrita mais de trinta anos após o falecimento do seu biografado, objetiva quebrar essa ausência de representatividade, fornecendo um relato mais amplo (e humanizado) de Herbert Daniel ao entrevistar companheiros/as de guerrilha e a sua mãe e mostrar sua trajetória focada além do período da Ditadura e não fixando como estaque de sua identidade o período da clandestinidade e da luta armada (Sarlo, 2007).

Em uma conjuntura caracterizada pela valorização das experiências subjetivas, especialmente aquelas referentes às minorias sociais, a biografia de Herbert Daniel, que se estrutura a partir dos relatos de terceiros, busca significar a sua trajetória a partir das demandas do tempo presente, apresentando-o não apenas como alguém que pegou em armas para resistir ao terrorismo do Estado, mas cuja atuação se estendeu para a defesa de um projeto de democracia que englobasse a pauta da diversidade sexual e de gênero, ainda que isso tenha inicialmente custado o seu isolamento dentro das esquerdas:

Contudo, a atitude intransigente de Daniel com relação ao regime não foi o único motivo pelo qual permaneceu isolado. Ao fim de 1979, o fato de ele ser gay era amplamente conhecido entre a esquerda revolucionária brasileira. Nessa época, ele – que fora líder do (então dissolvido) grupo guerrilheiro Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) – vivia em Paris abertamente com seu companheiro Cláudio

Mesquita. Sua homossexualidade assumida havia gerado ansiedade e reviravolta em parte da esquerda exilada (Green, 2018, p. 18).

E é a partir desse enfoque que se constrói um sentido para a vida do biografado, mostrando-o em um processo de amadurecimento. Ou seja, o arco narrativo da obra se inicia com o autor apresentando as lutas internas que Herbert Daniel enfrenta para lidar com a própria sexualidade em um contexto marcado pelo conservadorismo comportamental que abarcava também as esquerdas,⁶ e se conclui com a apresentação de alguém que teve coragem para enfrentar abertamente os preconceitos enraizados até mesmo entre setores socialmente progressistas.

Porém, mesmo diante da persistência de preconceitos e de uma visão hierarquizante das pautas consideradas necessárias, nota-se que o autor, a partir da biografia de Herbert Daniel, estabelece uma postura de crítica a abordagens dogmáticas e significa as autocríticas que este realiza após o seu exílio como representante de um processo de amadurecimento. E este amadurecimento passa a simbolizar a sua compreensão de que era necessário abandonar uma compreensão dos projetos de mudanças sociais por meio de uma concepção determinista das estruturas socioeconômicas e políticas e das relações sociais. (Thompson, 1981)

Portanto, sua compreensão é de que tais processos devem possuir constante abertura para a inclusão de novos atores sociais para se constituírem como espaços de transformação para a construção de uma sociedade democrática de fato. E assim busca mostrar para a geração de militantes LGBTQIAPN+ no presente a figura de Herbert Daniel como uma referência, que ousou entrecruzar as pautas identitárias com a luta contra a Ditadura e em defesa da redemocratização sem renunciar a uma atuação intersetorial.

Assim, como no caso das mulheres, sublinhado na entrevista realizada com Crimeia Schmidt de Almeida, a obra demonstra como as homossexualidades também enfrentavam um quadro de repressão e silenciamento, no qual se esperava dos guerrilheiros o alinhamento automático a uma lógica de hipermasculinidade e na qual a sexualidade se restringia ao aspecto reprodutivo, quando era citada (Gabeira, 1979). Ou seja:

⁶ Mesmo entre os setores socialmente progressistas, prevalecia a leitura da homossexualidade como um desvio pequeno-burguês, que era compreendido como a antítese do novo homem revolucionário. E a ênfase na ideia de “homem”, demonstra que a compreensão desse novo sujeito tinha como sua matriz o modelo do homem cisgênero e heterossexual. Cf. Paula et. al, 2023.

[...] [A t]arefa da revolução social, assim, não passava pela revolução sexual. Forjar uma sociedade socialista, com o chamado “novo homem”, demandava o combate à moral burguesa com seu hedonismo e individualismo característicos. Para isso, era preciso cultivar subjetividades capazes de controlar as paixões, devotas ao projeto político, aderentes a uma rigidez normativa e com os objetivos considerados pessoais subsumidos aos propósitos da revolução (Paula et. al, 2023, p. 3).

Isso se manifestava nos relatos de companheiras de guerrilha, que afirmaram como Herbert Daniel, para não atrair possíveis desconfianças sobre a sexualidade, imitava comportamentos socialmente esperados para os homens heterossexuais no período, como comentários jocosos a respeito dos corpos das companheiras de armas, conforme destacado por Lúcia Veloso (Green, 2018).

As tensões com setores mais ortodoxos dentro de organizações políticas tal qual o *Partido dos Trabalhadores* (PT), não se deram exclusivamente em função da pauta da homossexualidade, mas também da defesa de questões que eram tachadas como menos importantes, fruto de uma “visão de mundo que enfatizava dicotomias unidimensionais” (Green, 2018, p.288). Ou seja, há um rompimento com o partido motivado pela concepção que predominava entre muitos militantes de que quaisquer outras pautas que não fossem a derrubada da Ditadura Civil-Militar e a organização das classes trabalhadoras para a revolução deveriam ser postas em segundo plano.

Isso o levou a sair do PT e participar da fundação do Partido Verde (PV) em 1986, que se alinhava não apenas com um projeto político que defendia a possibilidade de abordar mudanças sociais sem renunciar a pautas como minorias e ecologia, e que se alinhava à

[...] ideia de uma “vida alternativa” [...] [e] que se encaixava perfeitamente no modo de vida que [Herbert] Daniel levava há tempos. Jamais preocupado com posses materiais, Daniel não usava roupas de grife e não gastava dinheiro em itens não essenciais. Nesse sentido, era como os pais, que viviam uma vida frugal. (Green, 2018, p. 289).

Porém, cabe destacar que dentro desta guinada política, na qual a sua trajetória é entrelaçada com os fatos históricos, sociais e culturais, James Green ressalta que a homossexualidade não foi o único estigma social que Herbert Daniel enfrentou abertamente em sua vida. Seguindo uma estrutura narrativa linear, a obra destaca em sua parte final a sua militância em prol dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS no Brasil, após ele próprio ter sido diagnosticado com a doença em 1989:

Daniel rapidamente mudou de ideia quanto à projeção de tempo que lhe restava de vida. Mais tarde, descobriu que havia contraído tuberculose ganglionar, e não pneumonia, como o médico diagnosticara. Ainda assim, a informação sobre sua saúde virou seu mundo de cabeça para baixo, e não demorou para perceber que ele tinha uma nova missão: afirmar que ainda estava vivo e politizar o fato de que vivia com aids. Décadas de envolvimento apaixonado na política lhe deram a força e a persistência para iniciar essa nova luta com vigor e clareza (Green, 2018, p. 309-310).

Embora, à época, o acesso ao tratamento fosse restrito, e o diagnóstico fosse recebido como um anúncio de morte, levando em conta a trajetória anterior de Daniel, o autor demarca como a sua personalidade forte norteou suas ações até o último momento e atribui um sentido de esperança mesmo nos momentos mais difíceis. Assim, a figura do biografado é posicionada como um marco representativo de luta e coragem para toda uma geração de militantes LGBTQIAPN+ da atualidade.

A narrativa biográfica, nesse caso, publicada em contexto caracterizado pela expansão dos seus direitos, e simultaneamente pelo quadro de ressurgimento do negacionismo da Ditadura no campo político e social e do ataque aos direitos sociais de minorias, adquire um sentido intrínseco por meio da narrativa.

Como destacam Loriga (2011) e Lejeune (2008), a biografia e as experiências que a compõem e estruturam a narrativa são pensadas como ferramentas que visam fornecer às comunidades que almejam representar uma historicidade de suas ações que as posiciona como agentes ativos nos eventos por meio de sujeitos considerados marcantes. E no contexto específico do Brasil, levando em consideração o momento em que o livro foi produzido, tal narrativa é pensada também como elemento para reverberar uma consciência de coragem para o presente, mostrando como conjunturas de ascensão do autoritarismo não podem ser pensadas como paralisantes, mas sim como momentos que devem gerar forças para lutar.

Considerações finais

Neste artigo, foi possível perceber os diversos contextos de enfrentamentos empreendidos por dois personagens importantes para a resistência à Ditadura. Os discursos produzidos por eles e sobre eles demonstram as adversidades enfrentadas e as estratégias utilizadas em cada caso.

Recuperar a trajetória de vida desses indivíduos é de suma importância nos dias de hoje para podermos perceber suas lutas, dentro e fora de suas organizações políticas, além de contribuir para o debate a respeito das dificuldades enfrentadas durante sua militância nas relações interpessoais de suas organizações políticas. Acreditamos que com isso seja possível refletir sobre os erros e os acertos desses grupos, especialmente quando recuperamos discursos de homossexuais, mulheres, deficientes, trabalhadores, pessoas racializadas, isto é, existências perpassadas pelas diferenças de classe, raça, sexualidade e gênero.

Ao incluir essas narrativas à produção historiográfica, podemos tornar o debate mais democrático e compreender as dificuldades enfrentadas para se inserirem nos meios políticos – mesmo nos progressistas – durante a ditadura civil-militar.

Nesse sentido, este trabalho pretende ser uma contribuição para estudos na área de História da Ditadura, bem como pretendeu analisar narrativas dissidentes a respeito do período. Esperamos que com isso seja possível acender o debate a respeito da temática e, sobretudo, entender o modo como tais grupos construíram suas narrativas de lutas durante um período autoritário de nossa história.

Fontes

GREEN, James Naylor. *Revolucionário e gay: A vida extraordinária de Herbert Daniel*, pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. 1. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018.

Crimeia Schmidt de Almeida. Entrevista concedida à Izabella Cardoso da Silva Campagnol. São Paulo – SP, 26 jun. 2023.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

EAKIN, Paul John. *Vivendo autobiograficamente – A construção de nossa identidade narrativa*. Tradução de Ricardo Santhiago. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Caderno AEL*, Campinas, v.10, n.18/19, p.81-125, 2003. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20788_arquivo.pdf>. Acessado em 09 jan. 2021.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GABEIRA, Fernando. *Fernando Gabeira*: Fernando Gabeira fala, aqui e agora, diretamente dos anos 80. Entrevistadores: Aguinaldo Silva; Francisco Bittencourt, João Carlos Rodrigues e Mirna Grzych. In: *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, edição extra, n.1, dez. 1979., p.19-22. Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/02-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-EXTRA-01-DEZEMBRO-1979.pdf>>. Acessado em 15 ago. 2022.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. Tradução de Maria Betania Amoroso. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

_____. Sinais: Raízes de um paradigma iniciário. In: _____. *Mitos, emblemas e outros sinais: morfologia e história*. Tradução de Frederico Carotti, 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.143-179.

LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico. In: _____. *O pacto autobiográfico – De Rousseau à internet*. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.13-109.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Tradução de Fernando Scheibe. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PAULA, Helga Maria Martins de et. al. Marxismo, gênero, sexualidade e a luta anticapitalista: debates e controvérsias. *Germinal: Marxismo e educação em debate*, Salvador, v.15, n.3, dez. 2023, p.1-15. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/58623/31125>>. Acessado em 11 mar. 2025.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Maria Scheibe. As dores e delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 15, n.3, 2011, p.398-405. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2011.153.07/607>>. Acessado em 24 fev. 2025.

PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento; ALVES, Jorge Luiz da Silva. *Historiografia e masculinidades gays no Brasil*: contribuições teóricas. *Albuquerque*, Aquidauana, vol. 11, n. 21, jan-jun. 2019, p.162-183. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/8943/7145>>. Acessado em 10 mar. 2025.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989, p.3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acessado em 2 abr. 2019.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. 1. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 1. ed. São Paulo: Ed. Unicamp, 1993.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. 1. ed. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n.2, 1995, p.71-99. Disponível em:
<<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em 10 mar. 2025.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.